
DELZANT, Antoine: *Croire quand même*. Paris: Bayard, 2006. 313 pp., 20,5 X 15 cm. ISBN-10 : 2-227-47509-9.

O autor (A.) é antigo aluno da Escola Normal Superior, ligado ao ramo das matemáticas, e ensinou teologia no Instituto Católico de Paris. É atualmente pároco em bairro popular de Paris. Conjuga experiência plural. No livro pretende dialogar com as pessoas para as quais a proposta cristã se esvaziou em contraste abissal em relação aos que permaneceram cristãos em incompreensível cegueira.

A fé cristã já não se torna para muitos nenhuma fonte de inspiração nem mesmo referência longínqua. Para gente séria, comprometida, ela perde relevância. Isso interroga o cristão. Enfrentar tal questionamento é a proposta do livro. Não se trata de inventar nova apologética, mas de elaborar exposição razoável das principais expressões da fé em termos modernos e em perspectiva que compromete, em primeira pessoa, o próprio autor como verdade partilhada, ou melhor ainda, como amor intercambiado.

O A. traça o itinerário pessoal que o autoriza a tratar do tema a partir de encontros. O primeiro foi com as ciências formais (matemática, física...), com forma de verdade de linguagem própria. Indicam-se-lhes alguns elementos: coerência, objetividade, matematização, univocidade, verificabilidade, universalidade, experimentabilidade, constringência dos conhecimentos do mundo, escapando de toda subjetividade aparente. Olhando para o futuro, projeta-se o reino do domínio da razão, apesar das atuais reticências a tal projeto. Como enquadrar aí dentro as experiências existenciais, irrepetíveis, que são as da fé?

Um outro encontro foi com as ciências hermenêuticas e com o marxismo no paradoxo da sedução e da distância por causa de tristes eventos como os da Hungria, Tcheco-eslováquia. Aí surgiram muitas perguntas.

Um terceiro embate se deu com a psicanálise, onde a religião sofre a crítica de ser ilusão, pondo-a em questão por várias razões. Verdadeira pesquisa arqueológica de si mesmo que abala os alicerces da fé.

O quarto confronto foi com a filosofia. A tradição filosófica ocidental ensina a coragem de pensar, a supressão dos medos e a superação de um conjunto de a-priori.

O autor termina a introdução, bastante existencial, refletindo sobre os encontros mencionados. Ele o faz depois de muitos anos, já sendo então pároco e teólogo. Continua pensando que a fé é questão de verdade, embora o conceito de verdade se tenha deslocado muito. Contém um componente simbólico de fidelidade a uma experiência ou a uma tradição. E acontece que na vida se chocam fidelidades, como à fé cristã e a determinadas outras experiências do sujeito. Indica elementos básicos da fidelidade cristã na linha de que a verdade é vida e, portanto, deve responder às experiências existenciais de quem crê antes que ser um discurso dogmático e por ele deixar violentar-se. Ele assume também a fidelidade à tradição ocidental no sentido de que ela se transforma a ela mesma; é uma tradição de mudança contínua e continuada, em que tudo é possível e em que tudo pode acontecer desde que a técnica permita. Pratica esforço de lucidez em todos os momentos. Há limites nessa pretensão. E termina adumbrando a idéia de gratuidade

O livro reúne uma série de artigos escritos em períodos diferentes e segundo demandas plurais em três partes a partir de uma linha diretiva. Visam a uma proposta da fé na sociedade contemporânea na perspectiva da caridade na sua dimensão ética.

Na primeira parte, o A. busca compreender a realidade atual em vista de reconstruir a formulação da fé atingida pelos encontros anteriores. Expõe em três capítulos a situação do discurso cristão na nossa época.

Logo de início, aponta os desafios, vindos da cultura atual, aos que crêem. A realidade atual é campo vasto, inabarcável. Desenvolve-lhe os seguintes traços: o desenvolvimento das ciências e das técnicas, uma sociedade secularizada, democrática e da comunicação. Os desafios conduzem-nos a pensar como enfrentá-los. Implicam atitudes: ficar aberto à sociedade presente, dialogar com a indiferença mais desafiante que o ateísmo, participar do debate público e encarar a volta do religioso.

No segundo capítulo concentra-se na questão da fé vivida na cultura científica; campo de que o autor é bom conhecedor por formação. Ele cita o exemplo da influência da “Cidade das ciências e da indústria”, inaugurada há 10 anos, em Villette, com uns 31 milhões de visitantes. As ciências constituem a nova cultura, irrompem para dentro do campo da moral. Elas se batem com a fé cristã. Entra em questão falar de inculturação, de choque de culturas, de buscar a paz entre elas. Para isso cabe conhecer como o mundo científico é um espaço diferenciado, feito de pesquisa e divulgação.

Indo mais fundo, o A. aborda o trânsito da epistemologia para a ética passando pela autonomização da ciência moderna, por seus embates

com a fé e pelos novos lugares do diálogo das ciências na atual sociedade.

Em seguida, no quarto capítulo, o A. se pergunta pelas razões de fazer teologia. Há uma necessidade interior do fiel. Vale por ela mesma, é um serviço à Igreja e ao mundo. Há objeções a tal tarefa em nome da auto-suficiência da fé, do primado da Escritura. São verdades que não dispensam a teologia que, como ciência, tem regras próprias, mais próximas das ciências humanas no manuseio da Escritura, da tradição, do caráter autoimplicativo, da necessidade da interdisciplinaridade e da filosofia, como verdadeira aventura pessoal.

Daí se segue a necessidade de estudar, num quinto capítulo, a relação da teologia com as ciências humanas para responder melhor às perguntas das pessoas de hoje de maneira positiva. Estão em jogo diversas antropologias a que também teologias diferentes se dirigem na condição de que dialoguem entre si. Entram em questão novos paradigmas, especialmente o evolucionista, no interior dos quais se pensam os problemas da fé. Aí dentro aparecem os conflitos com expressões de fé a pedir mútuo questionamento. O A. exemplifica tal postura passando, pela crítica, a linguagem tradicional da teologia da redenção, apoiada em trabalho de A. Vergote.

A segunda parte do livro se refere às fontes da fé cristã, à Escritura e à Tradição. Sobre a primeira dedica dois capítulos. Quanto à Escritura, estabelece logo o seu primado na vida cristã e sua vinculação profunda com a Tradição, como ensina o Vaticano II: ambas são uma única fonte. Trata da pluralidade dos autores e leitores da Escritura em torno da unidade do Deus revelador. A leitura da Escritura se faz no interior da Tradição, a sua voz viva, diferente da fixidez do tradicionalismo. Recorre à hermenêutica e à categoria de relação para entender o processo da tradição.

A reflexão sobre a Tradição parte da observação crítica de H. Arendt, ao referir-se ao drama do Ocidente pela ruptura da tradição. Tema muito trabalhado. Basta citar J. Cl. Guillebaud que vem sendo traduzido no Brasil [J. CL. GUILLEBAUD, *A tirania do prazer*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999]. A. Delzant examina a noção de tradição na filosofia nas pegadas de E. Weil e como resulta da *Dei Verbum*. Depois confronta ambas noções. Conclui que se para Weil a “nossa tradição é a tradição da razão”, a tradição cristã é a da prática da caridade.

Fecha a segunda parte com um estudo sobre memória, tradição e autoridade. A fé cristã é memória. Cremos como nossos pais na fé creram, mas a fé cristã trouxe certa ruptura em relação à tradição dos primeiros pais da fé: Abraão, Moisés, os profetas. Por isso, perguntamos pela tradição que carrega a memória: tradição de doutrina e de práticas. Daí a necessidade de autoridades para regulá-la.

A terceira parte estabelece os patamares para uma proposição da fé. Inicia-se refletindo sobre a relação entre crer e ação. Propôs-se substituir o conhecimento da fé por um agir da fé. Fé seria antes um agir que um saber, regrada pela ética mais que pelo conhecimento. Tal inversão ajudou a muitos. Mas a substituição não dispensa a questão sobre a verdade no tocante à fé e à teologia. A articulação do dizer e do fazer, do dizer verdadeiro e do fazer verdadeiro está no coração do problema estudado.

Na tradição herdada, a fé está ligada à problemática do conhecimento da verdade. Houve um deslocamento importante da posição clássica em que o agir seguia o ser (conhecimento) para uma prioridade adquirida pelo ato da liberdade, deixando-nos em suspenso diante do problema da verdade. A entrada da liberdade no conceito de verdade revoluciona-o, trazendo problemas para a fé cristã assentada no conceito clássico de verdade.

O A. recorre ao modelo da linguagem para avançar a reflexão. Cita considerações sobre a análise do discurso religioso de Paul Ricoeur que distingue nele três níveis: o nível da confissão de fé, o nível da dogmática e o corpo de doutrinas imposto pelo magistério como regra de ortodoxia. Essa distinção ajuda a entender o equívoco do integrismo que não as percebe. As considerações sobre a linguagem, sobretudo sob a perspectiva do sentido, visam a mostrar como a fé se inscreve numa tradição hermenêutica e não fixista. O fiel mantém-se em comunhão com a tradição que o precedeu, mas viva, repensada em situações novas num trabalho que engaja a liberdade num saber e numa prática. Chega-se ao núcleo da fé cristã que é “a fé operando pela caridade”.

Crer hoje está ligado à palavra que se escuta e sobre a qual não se tem poder; é confiar na palavra de outros, nas promessas. Supõe assumir valores que outros apresentam num movimento de despojamento de si. Mas a verdadeira acolhida dos outros se dá no encontro. E ao refletir sobre tal ato, surge a questão da gratuidade que merece do autor substancialmente inciso.

O livro termina com considerações sobre a esperança. Tema que hoje se faz ainda mais atual. A. Comte-Sponville contrapõe esperança e felicidade. A esperança impede a felicidade [A. COMTE-SPONVILLE, *A felicidade desesperadamente*, São Paulo: Martins Fontes, 2001]. O A., numa perspectiva da fé cristã, vê-a em relação com a morte, com a pessoa de Jesus Cristo e com a ressurreição.

Estamos diante de um livro de ampla reflexão pessoal. Debate com a cultura atual na perspectiva da fé cristã com bom nível de informação circunscrito ao mundo francês. Traduz trabalho de longa maturação pessoal sem academicismos. Evita soluções fáceis e moralizantes, seguindo a longa tradição ocidental do exercício da razão iluminada pela fé.

João Batista Libanio SJ

KNAPP, Markus: *Verantwortetes Christsein heute*. Theologie zwischen Metaphysik und Postmoderne. Freiburg / Basel / Wien: Herder, 2006. 256 pp., 22 X 14,5 cm. ISBN 13: 978-3-451-28713-8.

O A. vem da área da teologia fundamental. Diante da pós-modernidade, que reivindica pluralidade de sentido, o Cristianismo não abre mão da pretensão de ter um sentido universal. Como enfrentar tal situação pluralista na perspectiva do ser cristão? É a proposta do livro.

Inicia descrevendo a duvidosa situação da teologia na Universidade alemã: falta de estudantes, incerteza do mercado, tensão entre cientificidade e eclesialidade da teologia, deslocamento da formação teológica do clero para instituições eclesiais por temor da teologia acadêmica. Hoje o problema da teologia na Universidade alemã é mais financeiro que ideológico-científico, como em outros tempos. Como disciplina é respeitada, mas considera-se o seu discurso estranho à cultura científica atual, como vindo do passado. Tem dificuldade de fazer-se entender, de ser plausível no mundo de hoje. E a religiosidade que anda pela pós-modernidade, abundante e difundida, não se interessa por teologia. Pertence ao mundo da subjetividade e privacidade das pessoas e não à publicidade da sociedade nem à instância da teologia. É uma religião sem teologia, na qual não se distinguem o racional do irracional, o autêntico do inautêntico, o justificável do injustificável.

O A. levanta à teologia fundamental a seguinte pergunta: dada a subjetivação e privatização da religião no contexto da sociedade moderna e, portanto, de marginalização da teologia, como ela enfrenta tal situação? Se ela quiser ter futuro, deverá pôr tal questão em toda profundidade.

Para responder ao problema básico do livro, o A. descreve os elementos fundamentais do viver e pensar na pós-modernidade. O dogma desse momento cultural soa: só existe sentido no plural. Por conseguinte, não existe um único sentido, grande para todos, mas uma pluralidade de formas e de perspectivas de sentido, entre os quais as pessoas escolhem livremente e se apropriam a seu modo. Sentido único soa totalitário, infantilizante. Não existe uma realidade última atrás da pluralidade de sentidos. Este é o cerne da pós-modernidade.

Sob certo sentido a teologia é in-contemporânea com a pós-modernidade, ao afirmar o postulado oposto. A teologia cristã fala na perspectiva do sentido de valor último. Não é contingente. Pretende validade última com pretensão universal. Toca principalmente todos os homens. Exibe um horizonte de sentido último para todos os seres humanos, afeta-os a todos, adquirindo foro público, embora o toque numa maneira existencial. Ela funda-se na revelação divina, proposta na história, como definitiva e últi-

ma na pessoa de Jesus Cristo. A teologia necessita mostrar a razoabilidade de um sentido último. Como fazê-lo numa pós-modernidade que exclui todo sentido último e definitivo? Indica cinco estratégias em curso.

A primeira consiste em deslocar a teologia para o campo das ciências da Religião. Mas, no fundo, significaria a dissolução da teologia.

A segunda estratégia leva a teologia a acomodar-se à pós-modernidade, apresentando-se com uma perspectiva de sentido entre muitas. Neste caso, renunciaria à pretensão de propor um único sentido último e de refletir sobre seu fundamento.

A terceira parte da constatação de que uma realidade que determine tudo não é compatível com a compreensão cristã de Deus, porque o capitalismo se tornou a realidade que determina todas as outras. Ele é a religião que impregna profundamente as experiências humanas. A experiência de sentido está profundamente corrompida. A teologia necessita desmascarar tal religião, recorrendo à diferença bíblica entre culto a Deus e idolatria.

Outra estratégia seria situar a teologia no campo das ciências da cultura.

E finalmente se trata de assumir com toda seriedade o desafio do sentido último, buscando nova fundamentação da possibilidade de um sentido último como critério para aceitação responsável da revelação cristã, como definitiva e de validade última.

Há várias tentativas nessa direção que o A. estuda na 2ª parte do livro. É uma via na contramão da pós-modernidade, que lhe exige criticidade de si. A dificuldade aumenta por ela não contar com o apoio de uma metafísica filosófica, como fez durante longo tempo. Por metafísica entende-se “um pensar que abarca o todo do que realmente existe e esse todo se considera sob o olhar do fundamento e origem últimos”. Na perspectiva de Aristóteles é o ser enquanto existe e pergunta por seus princípios e últimas causas. Tal compreensão não obriga a uma metafísica do ser. Por isso, o A. se pergunta se a obrigação de fundamentação da teologia pode ser realizada no contexto pós-metafísico. Para tal, ele desenvolve longamente o que é o pensar pós-metafísico e como a teologia se situa nessas premissas pós-metafísicas.

Numa segunda parte do livro, estuda autores que enfrentaram tal problema pós-metafísico: W. Pannenberg, H. Verweyens e Th. Pröpper. Encerra com reflexões pessoais. A compreensão cristã da existência abarca a totalidade da realidade da vida. Só nesta perspectiva, entende-se a pretensão de conhecer um sentido último. É inteligível que, na história da teologia cristã, ela se sinta em estreita simbiose com o pensar metafísico da filosofia. A afinidade é dada pelo fato de a metafísica relacionar-se com o todo da realidade e buscar-lhe o último fundamento. A teologia entrecruza com

ela por sua busca de um último sentido para toda existência. Acontece que tal metafísica na modernidade perdeu plausibilidade. Daí a teologia buscar vários caminhos filosóficos para contornar a questão: renovação da metafísica, outro tipo de filosofia primeira ou um pensar pós-metafísico.

O A. pretende encontrar a possibilidade de a teologia estabelecer seu fundamento num contexto pós-metafísico. Não se trata de uma disputa intrafilosófica sobre o conceito e possibilidade da metafísica, mas de mostrar que a teologia, no contexto de um pensar pós-metafísico, tem o dever de buscar sua fundamentação, apesar dos problemas aí existentes.

Para levar tal tarefa à frente, o A. trata primeiramente na terceira parte problemas estritamente filosóficos da modernidade. Constata que as causas do surgimento da modernidade e sua apreciação são plurais e discutíveis. Sem dúvida, ela trouxe mudança de valoração da religião para o processo de vida na sociedade. O cristianismo, dividido pela Reforma, já não cumpria nenhuma função integrativa. A religião não fazia a integração da sociedade como na Idade Média. E a mudança da função da religião só se compreende também no contexto do desenvolvimento sociocultural e político-econômico.

Discute várias interpretações dessa realidade, quer a de K. Löwith, para quem a história é compreendida como processo de progresso no sentido da secularização da escatologia cristã, quer a de H. Blumenger, em que a modernidade é interpretada como ato da auto-afirmação humana contra o absolutismo da graça medieval. Concorda com Pannenberg que critica ambas as posições como leitura abstrata da história das idéias. De maneira profunda e muito filosófica, o livro percorre o itinerário da religião na modernidade. Nela, a integração religiosa da sociedade é substituída pelo mecanismo de um reconhecimento recíproco e da possibilidade fundada nele de uma comunicativa compreensão. Para chegar lá, os pensadores norteadores da modernidade começam com uma volta ao que manifesta a situação primeira da natureza da existência humana para daí fundar a necessidade de um Estado e da constituição de uma ordem estatal para satisfazer a sociedade humana. Nesse itinerário parte de Maquiavel, passando pela teoria de Fichte, pelo conceito de luta e reconhecimento de Hegel e pela transformação pós-metafísica da teoria do reconhecimento de Hegel feita por Alex Honneth.

A terceira parte do livro confronta a teoria do reconhecimento com a fé cristã. Na perspectiva teológica, a teoria do reconhecimento pode ser fundamentada. A auto-revelação de Deus manifesta seu amor para todos os seres humanos de maneira histórica e definitiva. A teologia cristã trata, portanto, de um acontecimento de reconhecimento. O amor manifesta uma forma específica de reconhecimento. Existe, de certo modo, uma afinidade entre o evento a que se refere a fé cristã e uma teoria do reconhecimento.

Na verdade, acontece um evento de reconhecimento entre Deus e o ser humano.

A fim de desenvolver tal estudo, inicia com uma reflexão sobre a fé cristã como relação de reconhecimento, recorrendo, logo de início, a K. Barth, que atribui papel central à categoria de reconhecimento na doutrina sobre a Palavra de Deus. Em seguida, trabalha a fé cristã no contexto de uma teoria filosófico-social do reconhecimento. E depois, no contexto pós-metafísico, mostra que uma teologia com a obrigação de fundamentação deve interessar-se pelo sentido último. Avança respondendo à pergunta: como se pode levar à frente uma demonstração argumentativa no contexto do pensar pós-moderno?

Termina o livro com uma última reflexão, relacionando cristianismo e pós-modernidade. Retoma idéias já trabalhadas anteriormente a modo de conclusão. Repisa a idéia da substituição da religião na função de doadora de sentido ao todo da vida humana, da sociedade, do ser humano pelas ciências que fizeram do ser humano “mestres e possuidores da natureza” na expressão de Descartes. A imagem do mundo se impregna das ciências modernas, deixando para trás a imagem religiosa. Arranca-se a religião do mundo do racional, e ela é impelida para a irracionalidade, enclausurando-se no espaço privado, perdendo toda força integradora social.

No entanto, a religião mostra enorme resistência. Volta, aos poucos, como grandeza relevante para a consciência pública de modo que já se denomina a atual sociedade de “pós-secular”. Algo que espanta, tanto por causa da enorme crise interna das igrejas e do êxodo dos fiéis. Existem na atual sociedade razões internas pelas quais a religião volta a ser considerada e a pergunta pelo seu significado permanente se recoloca.

Descrevendo a gravidade da atual crise de humanidade, alude às intervenções de cientistas sobre a constituição genética de outra pessoa. Aponta as terríveis conseqüências éticas, psicológicas, jurídicas e sociais.

Acena também para outras situações em que se joga a questão da construção plural e frágil do sentido. A fragilidade de tal realidade na sociedade atual abre espaço para a religião como instância criadora de sentido último. Sem religião, fica a pergunta: a modernidade é capaz de sobreviver duradouramente apenas sobre a base de um sentido construído pelo próprio ser humano? Não necessita de uma instância que não seja dependente dele? Pergunta que não se pode descartar sem mais. Isso não significa que a religião voltará a ter a função social integradora e dominante dentro da sociedade. A era constantiniana já acabou irreversivelmente. Mas cabe-lhe uma nova relação com a busca de conhecimento e saber da modernidade.

Sem negar a secularização, a religião e a modernidade permanecem de certo modo relacionadas no sentido de que toda busca por reconhecimento

revela algo de último e incondicionado, como a religião representa e simboliza. Como tal relação se desenvolverá, não se tem prognóstico, especialmente diante da globalização. À medida que se percebe que a secularização não abole a religião, a sociedade se torna pós-secularizada. Não se prescinde da religião sem perdas. Antes, ela aparece como algo irrenunciável para que os humanos sejam “gente”, e eles não se mantêm nessa condição sem ela.

Livro extremamente interessante, corajoso, profundo, com enorme riqueza filosófica. Afeta problemática fundamentalmente alemã, mas que tem ressonâncias em outros lugares.

João Batista Libanio SJ

VALADIER, Paul: *Détresse du Politique, Force du Religieux*. Paris: Du Seuil, 2007. 298 pp., 21 X 15 cm. ISBN 978-2-02-091478-9.

O título provoca. Inverte a tese da secularização que apontava a substituição da religião pela razão política. Aqui se afirma a força do religioso e a fraqueza do político. Embora vivamos em democracias em que se estabeleceu a nítida separação entre o político e o religioso e ninguém conteste tal situação, entretanto o A. levanta várias suspeitas. Não se está a marginalizar a religião, subestimando-lhe a importância na vida social de muitos cidadãos que nela encontram fonte de compromisso e esperança? Não se termina por anemizar as democracias, privando-lhes de recursos simbólicos sem os quais elas se lançam em políticas sem horizontes? O livro aborda tais impasses.

Há uma cegueira a respeito da relação entre o teológico e o político. Para superá-la importa remontar ao passado em que filosofias políticas de peso puseram as bases de nossa prática da relação entre ambos, ao mostrar as fraquezas atuais do político que se julga separado do religioso. Não se trata de retorno, vingança ou reconquista do religioso, mas de atualidade, pertinência, acuidade das questões postas pelo religioso e teológico ao político. São questões de todos os tempos.

O tema da religião merece estudo por causa da sua situação paradoxal que traz problemas e inquietações. Que o digam os fundamentalismos! Sua ausência deixa políticos desarmados para enfrentarem problemas graves da ética. Interessa rever as bases das tradições que pensaram liquidar a questão teológico-política.

A modernidade filosófica propôs essencialmente três vias de solução da liquidação do problema teológico-político. De maneira radical, é a de Spinoza (1632-1677); menos radical é a de Hobbes (1588-1679) e a terceira propugnada por Pierre Bayle (1647-1706) em nome dos direitos da consciência subjetiva contra a intolerância das Igrejas ou contra o arbitrário dos costumes recebidos.

Para Spinoza as Igrejas não têm nenhum fundamento para intervir no Estado a partir dos próprios textos da Escritura. Hobbes as põe sob a tutela do Estado para evitar as violências das guerras de religião e as confina ao culto. A mensagem dogmática e moral das Igrejas deve submeter-se inteiramente à jurisdição e à evidência da consciência que se torna assim ponto central e incontornável, segundo Bayle. Aí estão proposições teóricas que, embora contenham fraquezas e equívocos, continuam ainda a influenciar e merecem ser debatidas.

Ao menos no Ocidente, hoje não são as religiões que ameaçam os Estados. Eles sofrem de fraqueza endêmica diante das injustiças, exclusões, desemprego, crise do sistema de educação, destruição do meio ambiente, etc. Será que eles não necessitam de “suplemento de alma” a pedir à religião para dar conta de problemas graves ligados à bioética, à medicina? Nesse horizonte cultural, é urgente interrogar-se sobre as articulações necessárias, em vez da separação, entre o religioso e o político. O político não deve pensar-se na ignorância do religioso, mas na consciência de sua permanência. Não tem sentido ficar com o espectro da guerra das religiões do século XVI. As Igrejas cristãs mudaram muito. Diversamente do século XVI, hoje a fonte de violência vem dos Estados, sobretudo do Estado soberano com formas delirantes de totalitarismo.

O tema aqui não é o retorno do religioso e sim o estudo da permanência das questões teológicas internas ao político como tal.

Numa primeira parte, o A. concentra-se nas filosofias políticas contra a religião. Não se pode eludir interrogações de dentro do político que nos levam inelutavelmente ao terreno teológico. Na segunda parte, explicita-se a necessidade de retomar o teológico, como tal, ao menos na versão cristã, para ajudar a nossa tradição filosófica a assumir suas fontes e seus recursos intelectuais em vez de negar o teológico. Foi antes o político que se prevaleceu sobre o religioso e não vice-versa. Assim se evitam temores infundados a respeito do teológico.

A mundialização se impõe. Ela desestabiliza o Estado-Leviatã e desafia as religiões e Igrejas. O A. mostra o fracasso do cosmopolitismo político, na seqüência do projeto do Iluminismo de substituir a religião por uma ordem jurídica regulada pela razão. Detém-se no pensamento de Kant que ilustra perfeitamente o projeto audacioso de pensar um projeto de paz perpétua no quadro do entendimento jurídico entre os Estados republica-

nos. Esconde-se nele certa ilusão e deixa o Estado-Leviatã desbordado. Em seguida, analisa o pensamento de S. Huntington do conflito entre as civilizações. Debruça-se sobre a presença do fator religioso nas civilizações e sobre a responsabilidade das religiões.

O mal, a violência, o pecado persistem vivos, inelutáveis. E a política não pode escamoteá-los. Duas tendências se mostram atualmente no pensamento filosófico. Limitar a violência da qual se acusa a religião de ser alimentadora e defender que no essencial a democracia pode afastar tal violência pela discussão e debate superando as divergências. O A. revisita criticamente o pensamento de Platão, de Maquiavel, de Nietzsche, da Escola de Frankfurt, máxime de J. Habermas e das sabedorias orientais. Conclui que a visão cristã se guarda tanto da obsessão do mal quanto de sua minimização. Nem a captura nas garras do mal – existe a salvação que é maior –, nem a inocência ingênua da ausência do mal – ele existe e atua e o ser humano necessita de salvação.

Para terminar a Primeira Parte, o A. estuda o desconcerto da República. Ela, sob a forma francesa, inscreve-se na linha da soberania do Estado que não se reconhece sob nenhuma outra autoridade e dependência: social, política ou religiosa. A República francesa conheceu também uma tendência galicana de submeter a Igreja ao Estado. O Estado comunista totalitário exerceu terrível coerção sobre a Igreja em nome de uma filosofia em que o poder é emanção puramente humana. Hoje, sem dúvida, a ameaça ao Estado republicano não vem das Igrejas cristãs. O A., bom conhecedor do mundo francês, analisa a República no estilo francês com uma teoria do Estado soberano na qual se acentua a unidade nacional em oposição a tudo o que a ameaça. Ele assume a tarefa de formar as pessoas para realizá-la. Segue-se, então, a importância da presença do Estado na educação em que o conhecimento tem função emancipatória. Estado laico contra toda tutela religiosa. Em contraposição a essa concepção própria da tradição francesa está o americano Ph. Petit que propõe outro modelo republicano em que os cidadãos o sustentam, porque a República lhes garante usufruir da existência e não lhes é ameaça nem poder tutelar com a pretensão de educá-los.

O livro analisa as fraquezas da ideologia republicana francesa nos seus postulados fundamentais. Na relação da República no estilo francês com as religiões, cabe a ela “ousar um pouco de *aggiornamento*”, observa o A., “quanto a seus princípios politicamente perigosos, metafisicamente sem fundamento, atentatórios contra as liberdades das pessoas, ameaças constantes da parte de um regime que, [...] deveria solicitar de modo permanente a confiança e a participação crítica dos cidadãos”. Acena para os problemas que o Islamismo tem levantado para a relação entre a religião e o Estado com sua concepção de laicidade que merece ser questionada. Termina esta primeira parte remetendo-se ao pensamento político de J. Rawls com sua *Theory of Justice*. Por ela, põs os fundamentos teóricos da renovação do liberalismo político com a preocupação de uma justiça maior

para todos, e especialmente para os mais desfavorecidos. O A. debate a teoria de Rawls nos aspectos positivos e críticos à compreensão de laicidade da tradição francesa e assinala-lhe também os limites.

Na Segunda Parte, para ser mais sucinto, o A. aborda em três capítulos a questão central da permanência da articulação do religioso e do político. Inicia mostrando como o Cristianismo distinguiu César e Deus, Estado e Igreja, política e religião. Princípio aceito na teoria. Por que então na prática ele teve e tem dificuldades de honrar tal distinção? Deve haver algo mais profundo em tal (aparente) incongruência. Nessa linha vai a reflexão do A. É um invariante na história das culturas que a referência aos deuses ou aos antepassados vai junto com a fidelidade às regras sociais as mais diversas, como aliás os estudos de Marcel Mauss o demonstraram. Há figuras dissonantes já na Antigüidade grega como na filosofia de Platão que faz pender a figura do laço entre religião e sociedade para o lado da cidade. Também há a figura dissidente do profetismo judaico que critica as alianças insuportáveis entre o poder político e o poder sacerdotal, entre a realeza e o sacerdócio, que levam a esquecer a *Thora*. O A. debate o significado político das teocracias e dos monoteísmos (judeu, cristão e islâmico) e a relação entre ambos. Em seguida, aprofunda a mensagem revolucionária de Jesus que abala a figura tradicional do laço entre monoteísmo e teocracia. O livro analisa tal mensagem a partir dos sinóticos na redação global segundo a tradição teológico-política. Três itens são desenvolvidos: a desconfiança em relação ao político, a presença do Reino e a comunidade dos discípulos. Volta o A. à pergunta: se a mensagem original de Jesus é tão clara na distinção entre o reino dos homens e o Reino de Deus, por que se teve dificuldade de manter tal distinção na prática ao longo da história? A fonte de dificuldade vem de referências bíblicas com interpretações interessadas e de situações históricas, sobretudo a da Cristandade.

A originalidade cristã vai além da distinção entre os reinos e da originalidade da comunidade eclesial estruturada sob a ação do Espírito. Considera também a realidade do pecado. E o A. aborda-o, perseguindo os ensinamentos de Santo Agostinho que se interroga sobre a cidade terrestre, suas forças e fraquezas e a situa, ao relacioná-la com a cidade celeste. Agostinho desmascara a falsa teologia civil que projeta nos deuses as paixões humanas, justificando-as. A sua compreensão de cidade terrestre não se identifica com a cidade celeste. O A. prossegue expondo a concepção agostiniana de cidade terrestre, ferida pelo pecado que ela por si mesma não supera. Aí intervém a salvação de Jesus Cristo. E a posteridade de Agostinho continua. O livro estuda dois exemplos: Lutero e Joseph de Maistre. Houve uma inflação agostiniana do pecado original. Irineu apresenta outra vertente numa perspectiva da salvação prometida.

O livro termina com um capítulo sobre a secularização. Debate-a, mostrando-lhe as insuficiências. Caminha-se, na expressão de P. Berger, para uma

des-secularização do mundo. Mostra-lhe a não-pertinência do conceito. Traz à barra do juízo a própria concepção de autonomia em oposição à heteronomia da religião como esquema simplista que induz a equívoco. Defronta-se também com os limites da relação Igreja e Estado na perspectiva de J. Locke, apontando-lhe o engano. Conclui com uma reflexão sobre Transcendência e sociedade. A Transcendência, que vai além da religião, cumpre função importante no fundamento do Estado.

Estamos diante de obra séria, corajosa, bem fundada e de enorme erudição de indiscutível atualidade. Questiona muitos lugares-comuns da relação entre religião e Estado com arguta perspicácia crítica, fazendo ver que, em diversos momentos, a intransigência e imposição não vieram do lado do religioso, mas do político. Faz-se mister uma reflexão nova sobre a secularização que até então impelia as Igrejas para as margens enquanto o Estado soberano encontrava nele e por ele mesmo os recursos para prescindir da religião. Posição altamente questionável.

João Batista Libanio SJ

COLEÇÃO CES

A Coleção CES reúne estudos de filosofia e cultura, teologia e religião, sob a responsabilidade da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte.

TÍTULOS PUBLICADOS:

1. **A Palavra se fez livro** (*Johan Konings*)
2. **Cenários da Igreja**, 2ª ed. (*J. B. Libanio*)
3. **Teologia da espiritualidade cristã** (*Danilo Mondoni*)
4. **Igreja contemporânea - encontro com a modernidade** (*J. B. Libanio*)
5. **Conhecimento afetivo em Santo Tomás** (*Paulo Meneses*)
6. **Experiência mística e filosofia na tradição ocidenta** (*Henrique C. de Lima Vaz*)
7. **História da Igreja na Antiguidade** (*Danilo Mondoni*)
8. **Matrimônio - Aliança - Reino** (*Francisco Taborda*)
9. **Ecologia e criação - Resposta cristã à crise ambiental** (*José Roque Junges*)
10. **A arte de formar-se** (*João Batista Libanio*)
11. **Folhas de Outono** (*Fernando Bastos de Ávila*)
12. **Deslocamentos da teologia - mutações do cristianismo** (*Carlos Palacio*)
13. **Um incendido desejo das Índias** (*Marina Massimi*)
14. **Teologia em diálogo** (*Bruno Forte*)
15. **Filosofia e método** (*Emídio Fontenele de Brito / Luiz Harding Chang - orgs.*)
16. **Teologia e Pastoral** (*Johan Konings*)
17. **Filosofia e Política** (*Miriam Campolina D. Peixoto / Washington da Silva Paranhos - orgs.*)
18. **Mysterium Paschale — A quenose de Deus segundo Hans Urs von Balthasar** (*Clarita Sampaio Mesquita Ribeiro*)
19. **Existência cristã hoje** (*Mario de França Miranda*)
20. **Linguagem & Liguagens** (*João A. Mac Dowell, SJ / Marcelo Yukio Yamamoto, SJ - orgs.*)

COLEÇÃO FAJE

TÍTULOS PUBLICADOS:

1. **Doctor Amoris Causa** (*Cláudio Paul - org.*)
2. **Imaginação simbólica** (*Marco Heleno Barreto*)